

Ampliando o debate sobre direitos sexuais

No último dia 26, foi votado na Comissão de Seguridade e Família da Câmara o projeto de Lei nº 343/99, que propunha a semana de prevenção ao aborto. Graças à pressão do movimento de mulheres e ao substitutivo do Deputado Milton Cardias - que alterou o projeto para "Semana de Discussão sobre a Saúde Reprodutiva" - ampliou-se a possibilidade de debater os direitos reprodutivos das mulheres, no Brasil.

Segundo informes de Elizabeth Saar (CFEMEA) e de Gilberta Soares (ponto focal da Campanha 28 de Setembro, no Brasil), a aprovação do substitutivo foi por maioria, na CSSF.

Esta semana, estará na pauta da Comissão dois projetos que se referem indiretamente ao aborto legal - especialmente o aborto após estupro. Os projetos 809/03 e 151/03 propõem apoio a mulheres que mantenham gravidez decorrente de estupro, bem como às crianças geradas após esta violência.

Na opinião de Gilberta Soares, nos dois casos podem se justificar interferências ao exercício do direito de escolha pela interrupção da gestação, criando-se a possibilidade de posicionamento contrário ao aborto nos termos da Lei.

Para a AMB, qualquer projeto neste sentido deveria amparar as mulheres para o livre exercício dos seus direitos sexuais e dos seus direitos reprodutivos e não procurar induzir a decisão. Neste contexto, a questão não é só material ou de suporte financeiro, já que são violentadas por estupro mulheres pobres e ricas.

De acordo com Elizabeth Saar, para os dois projetos existem relatórios pedindo rejeição na CSSF. Ainda assim, é fundamental que o movimento de mulheres permaneça mobilizado, exercendo pressão junto a parlamentares da Comissão, a fim de que os projetos sejam excluídos.

Para mais informações, contactar Gilberta Soares (cunha.cf@uol.com.br).

Câmara de Deputados/as reconhece direitos das mulheres

A Câmara de Deputados/as aprovou, em 27 de novembro, três projetos que estão seguindo para o Senado e que reconhecem direitos das mulheres.

O primeiro deles (PL nº 03/03), da deputada Iara Bernardi, coordenadora da Bancada Feminina do Congresso Nacional, tipifica o crime de violência doméstica no Código Penal. A proposta da deputada inclui a violência cometida contra os pais, filhos, irmãos, cônjuges e companheiros. Se aprovado pelo Senado, o projeto contribuirá para que o agressor sofra detenção de seis meses a um ano, de acordo com a emenda feita pela deputada Laura Carneiro.

Outro projeto de Iara Bernardi (nº 117/03) aprovado no plenário da Câmara propõe retirar a expressão "mulher honesta" de dois artigos do atual Código Penal. Esse projeto foi aprovado com uma subemenda substitutiva, que amplia a chamada "tipificação do crime" de tráfico sexual, beneficiando qualquer pessoa vítima de tráfico, esteja ela em processo para ser enviada ao exterior, ou já fora do país.

De acordo com informe divulgado por Jussara de Goiás, do INESC, uma organização parceira da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras (2002) e da AMB, o crime não estava tipificado para uma mulher "não honesta". Assim, está configurado o preconceito e o desrespeito aos direitos das mulheres na legislação ainda em vigor. Jussara destaca ainda o fato dessa votação na Câmara estar vinculada às comemorações do Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra a Mulher.

Creches

Outro projeto importante (PL nº 335/95) aprovado pelo plenário da Câmara visa garantir e regular a implantação de berçários e creches para filhas/os de mulheres encarceradas, que tenham entre seis meses e sete anos. De acordo com o texto do projeto, os equipamentos devem ser implantados em locais anexos à penitenciária. O projeto foi apresentado pela ex-deputada Fátima Pelaes e contou com emenda da deputada Laura Carneiro, para que também assegure atendimento médico para as mulheres presas e suas crianças.

Ainda no campo dos direitos reprodutivos, foi aprovado o projeto nº 644/03, da deputada Sandra Rosado, que garante direito de licença-maternidade para vereadoras, deputadas estaduais e federais. Emenda a esse projeto também assegurou o direito à licença-paternidade para vereadores e deputados. Graças ao projeto de Resolução nº 15/03, da deputada Marinha Raupp, que alterou o Regimento Interno da Câmara, esse projeto que beneficia parlamentares foi promulgado ainda no dia 27. Leia mais sobre todos esses projetos em: www.camara.gov.br/internet/agencia/materias.asp?pk=42846

Pesquisa HIV/AIDS
O que mudou no comportamento da população brasileira?

A questão da AIDS ocupa, para mulheres e homens do país, o quarto lugar como preocupação em uma lista de problemas. No entanto, o aumento da AIDS não alterou o comportamento de 52% das mulheres, nem de 41% dos homens, em relação à prevenção contra a doença. O alerta é resultado da *Pesquisa de Opinião Mulheres e Aids*, encomendada pelo Instituto Patrícia Galvão ao IBOPE, numa parceria com o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM.

Ao todo, foram realizadas 2 mil entrevistas pessoais, em todos os estados, capitais e regiões metropolitanas do país, no período de 29 de outubro a 2 de novembro deste ano, através de mostra representativa da população adulta.

A pesquisa revela que o uso do preservativo - recomendação bastante difundida nas campanhas de prevenção - é adotado por 36% dos homens entrevistados. No caso das mulheres, apenas 19% passaram a usar camisinha após o aumento da AIDS, no Brasil.

Dia 28 de novembro, a íntegra da pesquisa foi entregue ao Ministério da Saúde, em audiência com Maria José Araújo - coordenadora da Área Técnica de Saúde da Mulher; e de Kátia Souto, da Unidade de Prevenção do Programa Nacional de DST/AIDS do Ministério da Saúde.

Todos os dados da *Pesquisa de Opinião Mulheres e Aids* podem ser acessados no sítio do Instituto Patrícia Galvão: www.patriciagalvao.org.br (confira na seção CONtextos). O sítio também disponibiliza o Dossiê "Mulheres com HIV/AIDS – elementos para a construção de direitos e qualidade de vida". Segundo Marisa Sanematsu, do Patrícia Galvão, o dossiê também foi produzido em parceria com o UNIFEM e destaca particularmente os impactos da doença em mulheres soropositivas.

Rebrip avalia Ministerial da ALCA

Nesta sexta, dia 05, acontece no Rio de Janeiro (RJ) reunião da Rede pela Integração dos Povos (Rebrip) para avaliação da VIII Ministerial da ALCA (Miami).

Na pauta da reunião da Rebrip, da qual faz parte da AMB, inclui-se um balanço da mobilização da Campanha Continental e o início da elaboração estratégica para atuar – tanto em relação à próxima Ministerial, que acontecerá no Brasil, em julho de 2004, como para a reunião do Comitê de Negociações Comerciais (CNC), que se reunirá em Puebla, no México, em fevereiro próximo. Informações: (21) 2232 8178.

Assembléia de Católicas debate sexualidade, religião e AIDS

Esta semana acontece em São Paulo (1 a 5), a Assembléia da Rede Católicas pelo Direito de Decidir. O evento tem por objetivo traçar uma proposta de atuação para o ano de 2004, com base no enfrentamento do conservadorismo religioso e nos acontecimentos recentes promovidos pela Igreja Católica.

Participam mulheres integrantes da Rede Latino-Americana Católicas pelo Direito de Decidir, vindas da Bolívia, Chile, Argentina, Colômbia, México, Uruguai, Peru, Brasil, além de uma representante de Catholics for a Free Choice (Estados Unidos).

Na pauta da Assembléia, temas relacionados com saúde, sexualidade, anticoncepção, direitos sexuais, gravidez voluntária e religião. Destaque para uma discussão sobre a epidemia de AIDS. De acordo com informe divulgado por CDD, "a AIDS, por estar vinculada ao campo da sexualidade, possibilitou à Igreja tentar retomar seu papel no controle do comportamento sexual das pessoas". Também estará em debate lesbianidade e homossexualidade, considerando a publicação do Vaticano intitulada: "Considerações sobre os projetos de reconhecimento legal das uniões entre pessoas homossexuais".

Mais informações: (11) 31079038

CONtextos - Na semana do 1º de Dezembro - Dia Mundial de Luta Contra a AIDS, anexamos a esta edição do *Articulando* texto divulgado pelo Instituto Patrícia Galvão, com dados da *Pesquisa de Opinião Mulheres e AIDS*. Destacamos também dois sítios que trazem informações atualizadas para o movimento de mulheres. No sítio da organização feminista Católicas pelo Direito de Decidir (www.catolicasonline.org.br) pode ser encontrado o documento "Sexo seguro e livre: Há católic@s que dizem sim". A Rede Nacional Feminista de Saúde também traz importante informações sobre HIV/AIDS em seu sítio. O endereço www.redesaude.org.br contém farta informação sobre a presença da mulher na epidemia, no mundo e no Brasil.

No segundo arquivo anexado, segue documento elaborado pelo Grupo de Trabalho de Propriedade Intelectual da Rebrip. O texto busca alertar para os riscos que uma "ALCA Light" representa para as questões relativas à propriedade intelectual. Ainda ALCA, acrescentamos o documento de posição da Rede Internacional de Gênero e Comércio (RIGC) frente à Área de Livre Comércio, que deveria ter seguido na edição 66.

PELA ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Dentro das atividades ligadas ao Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher, o Fórum de Mulheres do **Mato Grosso do Sul** distribuiu calendários, adesivos e panfletos nas ruas do centro de Campo Grande e na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. O Fórum também apoiou, juntamente com o Instituto Papai e a Coordenadoria Estadual da Mulher, a apresentação da Campanha do Laço Branco, na Praça Ari Coelho.

No **Paraná**, o 25 de Novembro foi marcado com a realização de um ato público na região da Boca Maldita, em Curitiba. A mobilização aconteceu no sábado 22, coordenada pelo Comitê Nacional Multipartidário de Mulheres no Paraná. No dia 25, houve ainda panfletagem no centro da cidade e no sábado (28) aconteceu o I Encontro Estadual de Delegacias da Mulher do Paraná, na Câmara dos Vereadores de Curitiba. Segundo a representante da AMB, Dóris Margareth, a intenção do movimento de mulheres é continuar fortalecendo o tema até o 08 de Março: "Não vamos deixar que as eleições municipais tomem a pauta e enfraqueçam o tema da violência", assinalou.

No **Espírito Santo**, o Fórum de Mulheres organizou caminhada pelo centro de Vitória, que culminou em audiência com o vice-governador do Estado, no Palácio Anchieta. A proposta levada pelo Fórum solicitava que fosse reconsiderado o definido para o Plano Plurianual, com emendas que contemplassem atividades pelo fim da violência contra as mulheres. Da audiência, ficou como conquista das mulheres a nomeação de uma comissão para auxiliar na implementação de ações de segurança. Também aconteceu: panfletagem na Praça Costa Pereira, em Vitória, e debates nas cidades de Cachoeiro do Itapemirim, Vila Velha e Serra.

Em **Goiânia**, o Fórum de Mulheres participou de sessão especial realizada na Câmara Municipal e do debate promovido pela Superintendência Estadual da Mulher, antes da abertura da Conferência Estadual da Mulher, com a presença de delegadas de 15 municípios do estado de Goiás.

No dia 24 de novembro passado, representantes de organizações ligadas ao Fórum de Entidades Autônomas de Mulheres de **Alagoas** participaram de debate promovido pelo *Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes e pela Pró-Reitoria de Extensão da UFAL*.

O evento buscou ampliar a discussão sobre violência contra a mulher no âmbito da comunidade universitária. Ao final, foram homenageadas a juíza Nirvana Coelho e a atual coordenadora do Fórum, Terezinha Ramires, com o troféu Prof^a Heliônia Ceres, em reconhecimento ao empenho na apuração de denúncias de violação dos direitos humanos. A professora Heliônia foi escritora e ativista, fundadora da Associação Alagoana Pró-Mulher. Após a premiação, ocorreu a conferência sobre "Bioética, Violência e Feminismo", com a presença de Débora Diniz (UERJ e ONG Anis). Ainda na UFAL, foram inauguradas as novas instalações do Núcleo Temático Mulher e Cidadania.

No dia 25, o Fórum de Entidades Autônomas de Mulheres de Alagoas promoveu debate pela manhã, na sala dos Conselheiros da OAB/AL, com a presença de Belmira Magalhães, socióloga e professora da UFAL. À tarde, ativistas do movimento de mulheres fizeram passeata pelo centro de Maceió e participaram da inauguração do Instituto da Mulher, da Secretaria de Justiça e Defesa Social. O Instituto será voltado para geração de emprego e renda de mulheres que sofreram violência.

No dia 28, o movimento de mulheres participou de sessão na Assembléia Legislativa e, no dia 29, apoiou debate para 200 estudantes de 7^a e 8^a séries de escola local. Participou Rita Reis, psicóloga do Centro de Referência e Atendimento as Vítimas de Violência Doméstica. A imprensa deu ampla cobertura aos eventos.

No **Rio Grande do Norte**, o Fórum de Mulheres promoveu diversos debates a partir do dia 22 de novembro. No dia 25, montou tenda no centro de Natal para distribuição de folder com indicação de toda a legislação municipal e estadual vinculada ao combate da violência de gênero. O folder foi produzido a partir das questões levantadas pelo Fórum no processo de monitoramento da violência. Na tenda, o Fórum ainda promoveu lançamento da Campanha do Laço Branco e montou peça teatral, além de enquete organizada por integrantes de Rede de Mulheres no Rádio sobre o conhecimento das leis por parte das mulheres. As atividades do dia foram encerradas com evento organizado pela Rede Nacional Feminista de Saúde, mas já está agendada para o dia 9 deste mês, uma audiência pública na Assembléia Legislativa.

Em **Mato Grosso**, de 25 a 27 de novembro, a Associação de Defesa dos Direitos, Trabalho e Desenvolvimento das Mulheres, ligada ao Fórum de Mulheres, promoveu e participou de debates sobre Violência contra a Mulher, com a presença de representantes da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher, Juizado Especial Criminal, Defensoria Pública, Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, entre outras organizações.

No **Acre**, a Articulação de Mulheres realizou oficinas sobre a violência de gênero nas cidades de Rio Branco e Brasília, de 24 a 29 de novembro, com presença de adolescentes e jovens da região. No dia 25, a Articulação fez passeata, com a presença de ativistas da Rede Acreana de Mulheres e Homens, de Estudantes, da Articulação de Mulheres Trabalhadoras Rurais (AMTR) e de mulheres e homens sindicalistas da Federação de Trabalhadoras/es na Agricultura. A passeata foi apoiada pela Campanha do Laço Branco e pelas Secretarias Estaduais da Mulher e da Saúde, e teve seu encerramento na Assembléia Legislativa, com um ato público. A Articulação de Mulheres do Acre fez denúncias com base nos dados levantados pelo monitoramento da violência e exigiu o cumprimento de compromisso do governo do Estado, em relação às novas instalações e a melhoria no atendimento da Delegacia da Mulher.

No **Maranhão**, o Fórum Estadual de Mulheres iniciou a sensibilização para a violência contra a mulher, a partir da segunda quinzena de novembro, com panfletagem e mini palestras pelas ruas do centro de São Luís e em escolas públicas e particulares. No dia 25 de novembro, pela manhã, o Fórum fez o lançamento do Relatório de Monitoramento sobre a Violência contra a Mulher no Maranhão e, em seguida promoveu coletiva de imprensa com presença de diversos jornais, rádios e TVs locais, destacando as principais proposições do movimento de mulheres frente à questão. Após a coletiva, ativistas do Fórum fizeram a entrega do Relatório para parlamentares da Assembléia Legislativa, numa sessão pública. À tarde, o Fórum promoveu ato público na Praça Deodoro, em São Luís, com a presença de diversas organizações de mulheres, de representantes da CUT e de parlamentares estaduais.

A Rede Mulheres em Articulação da **Paraíba**, juntamente com a Secretaria Estadual de Saúde e outras organizações, promoveu no Parque Solon de Lucena várias atividades culturais, com apresentações de teatro, dança e vídeo. Na ocasião, cerca de 300 pessoas foram ouvidas em uma pesquisa de opinião que procurou investigar como a população paraibana vê o tema da violência contra a mulher. Este mês, em data a ser definida, as organizações Bamidelê, Irê, Coletivo Feminista Cunhã e o Instituto Papai realizam ações da Campanha do Laço Branco – Homens pelo Fim da Violência Contra as Mulheres.

Em **Pernambuco**, as atividades pelo 25 de novembro continuam nesta semana. Nesta quarta e quinta (dias 3 e 4) acontece em Ouricuri, no sertão do Estado, o seminário “Direitos Humanos e Violência contra a Mulher - Tecendo Redes Contra a Violência em Pernambuco”. A programação inclui apresentação do Grupo de Teatro Loucas de Pedra Lilás e mesas-redondas para discutir: “Violência e Direitos Humanos”, “Homens e Violência”, “Violência contra as Mulheres” e a “Situação Local” (no Sertão do Araripe). O evento acontece no Teatro Carlota Peixoto, numa parceria entre o Fórum de Mulheres de Pernambuco, o Fórum de Mulheres do Araripe e o Ministério Público Estadual.